

Econ - Brasil

É preciso não esmorecer

A queda da inflação no final de junho, acusada em índices de instituições independentes, como é o caso do DIEESE e da FIPE, embora restrita apenas à região de São Paulo, constitui um importante indicador dos efeitos da política monetária e fiscal do governo sobre os preços.

É claro que o fenômeno ainda não revela uma tendência de declínio consistente, porém traduz uma certa cautela nas remarcações de preços, sem dúvida recomendada pela acentuada diminuição da demanda e correlata elevação do ônus da conservação de estoques, ambas promovidas pela política econômica em curso.

O governo tem deixado claro que o preço da estabilidade será tão mais alto para a sociedade quanto mais os agentes econômicos insistirem em apostar no retorno da inflação ou em aumentar rendas e margens de lucro apenas compatíveis com períodos de desorganização, como o que vivemos até o início da presente administração federal.

O comportamento dos índices mencionados pode ser um indício de que alguns desses agentes econômicos já reagem à estratégia do governo, admitindo a redução de suas margens ou, em alguns casos, assimilando prejuízos ocasionais, com o objetivo de produzir caixa.

É preciso notar, porém, que, embora traga os efeitos desejados, o caminho escolhido pela equipe econômica do presidente Fernando Collor tem um custo extremamente elevado tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social.

De um lado, a recessão inviabiliza, ou ao menos adia, projetos de expansão e de novos investimentos que só são exequíveis em épocas de crescimento. Essa paralisação é particularmente penosa para um sistema produtivo que tem a urgente necessidade de modernizar-se tecnologicamente

e de tornar-se internacionalmente competitivo.

De outro lado, a recessão impõe aos setores mais carentes da sociedade uma imensa dose de sofrimento, porque para estes ela muitas vezes significa desemprego, desnutrição e impossibilidade de tratar doenças ou educar filhos.

Esse preço é, na verdade, tão alto que nenhuma atitude capaz de retardar o processo de estabilização será moralmente perdoável, nem da parte dos que estão no poder, e têm contas a prestar à Nação e à História, nem da parte dos que estão fora do poder, mas também devem satisfações aos demais brasileiros pelos sacrifícios que, nesta hora, lhes são exigidos.

Por essa razão é recomendável, se não imprescindível, que os homens de bem — empresários, autoridades, trabalhadores, profissionais liberais ou quem quer que se-

ja — colaborem no sentido de que a inflação seja derrotada, para que o custo dessa luta seja o menor possível.

Neste sentido é bom lembrar que muito pode ser feito.

O objetivo da estabilidade também não será de forma alguma alcançado se a própria sociedade não estabelecer mecanismos e hábitos de consumo saudáveis para combater a especulação e a ganância. É preciso que exista uma hostilidade ostensiva aos aumentos de forma a favorecer aqueles que diminuem preços (como no caso exemplar dos postos de gasolina) e a punir aqueles que os elevam.

A contribuição que o governo e o presidente da República pessoalmente podem dar a esse processo psicossocial de combate à inflação está longe de ser desprezível, seja através do exemplo sadio, seja por meio da comunicação social.

O caminho é, sem dúvida, espinhoso, mas os primeiros sinais são animadores. De agora em diante, é preciso não esmorecer.